

PEC para bancar despesas fora do teto

Equipe de transição e relator do Orçamento vão negociar com o Congresso uma proposta que dará licença à nova gestão para manter Auxílio Brasil de R\$ 600 e permitir reajuste real do salário mínimo entre 1,3% e 1,4%, além de outros gastos

► GABRIELA ORNELAS
► RAPHAEL FELICE
► VICTOR CORRÊIA

A equipe de transição de governo, comandada pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, e o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), decidiram que vão apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), em caráter emergencial, com o objetivo de garantir recursos para cumprir compromissos de campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A intenção é retirar do teto de gastos as verbas para as despesas mais urgentes, entre as quais, a continuidade do Auxílio Brasil de R\$ 600.

"Não cabe no Orçamento atual as demandas que precisamos atender. Então, de comum acordo, decidimos levar aos líderes partidários, ao presidente do Senado Federal e ao presidente da Câmara dos Deputados a ideia de aprovarmos uma PEC da Transição deste governo para o próximo, excepcionalizando do teto de gastos algumas despesas que são inadiáveis, como o Bolsa Família (Auxílio Brasil) no valor de R\$ 600, que é um compromisso público assumido pelo presidente Lula", explicou Castro.

O texto da PEC será encaminhado o mais rápido possível. "Demonstramos que temos boa vontade e contamos com a colaboração do Congresso Nacional", afirmou o relator. Uma PEC é discutida e votada em dois turnos em cada uma das casas do Parlamento. Para ser aprovada, precisa do voto de três quintos dos deputados (308) e dos senadores (49).

Segundo Castro, o Orçamento "é deficitário por si só". Não tem recursos para atender projetos como o Auxílio Brasil, a Farmácia Popular, a saúde indígena, a merenda escolar. E, conforme destacou, ainda reduzirá verba para vacinação e demais procedimentos terapêuticos. "São muitas as deficiências do Orçamento, mas temos de trabalhar com a nossa realidade. E

FATIMA MEIRELES/AGÊNCIA OLYMPIA



O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin com o senador Marcelo Castro e integrantes do PT, na reunião em que se negociou a formulação da PEC

o governo eleito está fazendo gestão para que o Orçamento possa se adequar à maneira de governar do novo governo", destacou o relator. Ele ainda ressaltou que o Orçamento para 2023 é "mais restritivo da história".

Alckmin, por sua vez, repetiu que a prioridade do novo governo é manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 a partir de janeiro e adicionar um pagamento de R\$ 150 para famílias com crianças de até 6 anos. O vice-presidente eleito aproveitou para agradecer a boa vontade da atual gestão e do relator.

"O senador Marcelo Castro fez um trabalho muito importante e tem uma equipe técnica muito preparada. A preocupação é manter o Bolsa Família (Auxílio Brasil) em R\$ 600. E, para pagá-lo em janeiro, há a necessidade de até 15 de dezembro termos

uma autorização, a chamada PEC da Transição", explicou Alckmin. "Outra prioridade é não ter interrupção de serviços públicos e paralisação de obras públicas, e isso não está adequado no Orçamento enviado para o Congresso Nacional", completou.

Alckmin anunciou que haverá uma outra reunião com Castro, na próxima terça-feira, para detalhar o texto da PEC. Um dia antes, o vice-presidente eleito se encontrou com Lula para tratar sobre o assunto.

Um dos participantes da reunião de ontem, o senador Jean Paul Prates (PT-SE) afirmou que o grupo já negocia os termos da PEC com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e da Comissão Mista de Orçamento, deputado Celso Sabino

(União-PA). O parlamentar disse, ainda, que o texto pode avançar por meio de tramitações paralelas.

"Na forma, o grupo está conversando com os presidentes das Casas e com o presidente da CMO, além do relator, para que seja através de uma PEC (da Transição), com tramitação paralela e previsão de despesa condicionada (como na dos precatórios). E dar urgência na tramitação, talvez até aproveitando PEC existente, em paralelo à Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA)", informou Prates. "Nos dias de dezembro, aprovação das duas PECs e Orçamento organizado para 2023. Nos valores, o grupo técnico vai trabalhar no detalhamento, com prioridade para atender o auxílio emergencial e o início dos compromissos do período eleitoral."



A preocupação é manter o Bolsa Família (Auxílio Brasil) em R\$ 600. E, para pagá-lo em janeiro, há a necessidade de até 15 de dezembro termos a autorização, a chamada PEC da Transição"

Geraldo Alckmin,
vice-presidente eleito

Extras de R\$ 200 bi

O acordo discutido na reunião entre o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin e o relator-geral do Orçamento, Marcelo Castro (MDB-PI), ontem, foi para estabelecer quais programas serão cobertos com o chamado waiver total (uma licença para gastar) na PEC da Transição, que começa a ser escrita agora.

O valor final é alvo de impasse e poderá ser definido na PEC ou apenas durante a votação do Orçamento de 2023. O que a proposta vai trazer são os programas que poderão ficar fora do teto, a regra constitucional que atrela o crescimento das despesas à inflação. O chamado "waiver" tem batido nos R\$ 160 bilhões, podendo chegar a R\$ 200 bilhões, como defendem alguns integrantes da cúpula petista.

Além do Auxílio de R\$ 600, a equipe de transição quer garantir na PEC um reajuste real do salário mínimo (entre 1,3% e 1,4%) e outros programas a serem definidos até a próxima terça-feira, quando o texto deve ser apresentado.

Impacto

Manter o Auxílio Brasil de R\$ 600 a partir de janeiro — o que não está previsto no projeto do Orçamento de 2023 — tem impacto de R\$ 52 bilhões. Lula também prometeu um benefício extra de R\$ 150 para mães com crianças de até 6 anos de idade, o que gera um custo adicional de R\$ 18 bilhões, conforme cálculos do relator.

O relator e a equipe de transição ainda não afirmaram qual é o tamanho do espaço fiscal que precisará ser aberto para viabilizar as intenções do novo governo.

Começa a corrida contra o tempo

Integrante da equipe de transição de governo, o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) afirmou que "o grande desafio é o tempo" para aprovar a PEC. A manutenção do Auxílio Brasil de R\$ 600 é o ponto mais urgente, já que a folha de pagamentos para o benefício é processada em dezembro.

O objetivo da equipe de transição é que a PEC seja aprovada na primeira ou na segunda semana do próximo mês. O texto tramitará no Congresso em paralelo com o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada ao Parlamento pelo governo Bolsonaro. Atualmente, o Orçamento prevê apenas um benefício de R\$ 405 por pessoa a partir de janeiro, apesar das repetidas promessas do chefe do Executivo de manter o valor atual.

"Nos temos de, já na terça-feira, ter as condições de redação dessa emenda constitucional. Ter

a definição dos valores e, é claro, a proposição do presidente eleito Lula a partir da aprovação assim feita aqui, comandada pelo vice-presidente eleito (Geraldo Alckmin)", declarou Dias.

Uma das definições necessárias para a PEC é sobre quais serão as áreas estratégicas incluídas. Além do Auxílio Brasil, verbas para a infraestrutura de transportes e Saúde.

Lira e Guimarães

Enquanto a cúpula do governo de transição conversava com o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), o deputado federal José Guimarães (PT-CE) se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Segundo o vice-presidente do PT, a conversa teve "saldo positivo".

"Nos tivemos a primeira conversa oficial com o presidente da

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Novo governo iniciou conversa com o presidente da Câmara

Câmara. A conversa foi boa. Ele disse que topa ajudar, topa dialogar, que vai sentar com o Lula e depois discutir a pauta", contou. "Na minha percepção, o presidente Lira e o pessoal do Senado que discute com o presidente (Rodrigo) Pacheco (do Senado)

vão buscar o melhor entendimento com o governo. (Lira) Tem posições diferentes, mas está disposto a construir um consenso para votações de matérias que interessam ao novo governo. Isso é o saldo político da reunião", acrescentou. (GO, RF e VC)

Encontro cordial com Bolsonaro

► TAÍSA MEDEIROS

Coordenador da transição de governo, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin teve um encontro inesperado com o presidente Jair Bolsonaro (PL). No mesmo horário em que o ex-governador deixava o Palácio do Planalto, após reunião com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (leia reportagem na página 3), o chefe do Executivo chegava ao local e pediu para falar com ele.

O chefe de gabinete pessoal de Bolsonaro, Pedro César de Sousa, foi encarregado de chamar Alckmin. O encontro do presidente com o vice eleito foi rápido e cordial, segundo relatos. Os dois entraram sozinhos no gabinete presidencial, onde permaneceram por poucos minutos. Em seguida, Bolsonaro voltou ao Palácio da Alvorada, num indicativo de que o

deslocamento ocorreu com objetivo de encontrar o vice-presidente eleito.

Mais tarde, Alckmin comentou sobre o encontro. "Foi positivo. O presidente (Bolsonaro) convidou para que fosse até lá ao seu gabinete", disse. "Nós estávamos saindo já. E reiterei o que disse o ministro Ciro Nogueira e o ministro general (Luiz Eduardo) Ramos, da disposição do governo federal de prestar todas as informações, colaborações, para que se tenha aí uma transição pautada pelo interesse público", frisou.

Ao ser questionado sobre o teor da conversa, Alckmin disse que "o presidente fala depois", mas resumiu que foi para "reiterar os compromissos em relação à transição, pautada na transparência, na continuidade dos trabalhos, no planejamento, na previsibilidade", comentou.

PODER / Vice-presidente critica a iniciativa da equipe de transição do novo governo de apresentar PEC para autorizar despesas extras, fora do teto de gastos, em um valor que pode chegar a R\$ 200 bilhões. Presidente do PT reage

Mourão: “Estupro no Orçamento”

» VICTOR CORREIA

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão (Republicanos), criticou, ontem, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, planejada pela equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo o general, o plano econômico do petista visa fazer “um estupro no Orçamento de R\$ 200 bilhões”.

“Agora, ele (Lula) tem um pepinão para descascar, não é? Governar o Brasil não é uma coisa simples. Lá estou vendo aí que estão fazendo um movimento no Congresso para fazer um estupro no Orçamento de R\$ 200 bilhões. É um problema que ele tem pela frente”, declarou o senador eleito, em entrevista à Rádio Gaúcha.

A equipe de transição de governo, coordenada pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB), e o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), anunciaram, ontem, que vão preparar uma PEC para excluir do teto de gastos demandas estratégicas do Orçamento, como o Auxílio Brasil, reajuste do salário mínimo acima da inflação e despesas com saúde.

Ainda não está definido o valor total de gastos extras, mas apenas para garantir o Auxílio Brasil de R\$ 600 serão necessários R\$ 70 bilhões a mais do que já está definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada ao Congresso pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). O atual presidente, porém, prometeu a

Bruno Batista/VPR



manutenção do benefício durante toda a campanha eleitoral.

Mourão fez crítica na mesma linha em postagem no Twitter. “O futuro governo do Lula está negociando com o Congresso um rombo de 200 bilhões no orçamento de 2023, ou seja, zero compromisso com o equilíbrio

fiscal”, escreveu. “O resultado será aumento da dívida, inflação e desvalorização do real. Onde estão os críticos?”

Logo depois, a presidente nacional do PT, a deputada federal reeleita Gleisi Hoffmann, que participa da equipe de transição, rebateu o vice-presidente. “Declaração

de Mourão é no mínimo desonesta. Nem bem acabamos de iniciar a transição estamos negociando a pauta que interessa ao povo trabalhador”, postou a parlamentar. “Onde ele estava durante a farsa do orçamento secreto e uso perdulário e ilegal da máquina pública nas eleições?”, questionou a petista.

Renan Calheiros

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) também criticou a PEC. O parlamentar disse que a equipe de transição cometeu uma “barbearagem” ao negociar a proposta com o Centró. Líder da maioria no Senado, o



O futuro governo do Lula está negociando com o Congresso um rombo de 200 bilhões no Orçamento de 2023, ou seja, zero compromisso com o equilíbrio fiscal!

Hamilton Mourão,
vice-presidente da República

parlamentar é aliado de Lula e reclamou de não ter sido ouvido antes da negociação.

“Recorrer ao Centró é uma barbearagem, um erro político”, disse Renan. “O Centró não cabe no teto porque é o próprio fura-teto. Não dá para tirar da cabeça uma solução dessas, apresada”, disparou.

Para Renan, bastava à equipe de transição fazer uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU), que, no seu diagnóstico, é quem tem “legitimidade” para resolver esse impasse com segurança jurídica. “Precisamos guardar coerência programática e institucional”, argumentou o senador. “O TCU resolveria isso com precisão, sem custo.” (Com Agência Estado)

Governo promete colaboração

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

Uma reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, foi outro compromisso do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin em Brasília. Ao lado da presidente do PT, a deputada federal reeleita Gleisi Hoffmann, e do ex-ministro Alajão Mercadante, ele foi ao Palácio do Planalto para o encontro, que teve, também, a presença do secretário-geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos.

Na saída, Alckmin disse ter recebido os cumprimentos de Ramos. “Deu parabéns e desejei um ótimo trabalho. Ele se colocou à disposição neste período de transição, porque quem faz a transição é o ministro Ciro Nogueira, mas tem uma parte que ele participa”, contou.

O governo de transição é regulamentado por lei e permite

50 cargos além do coordenador-geral. “Os nomes serão divulgados a partir de segunda-feira, depois da reunião com o presidente Lula. Aí, a gente começa a divulgar os nomes da transição”, afirmou Alckmin.

TCU

Alckmin, Gleisi e Mercadante também se encontraram com o presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas. A Corte vai acompanhar o processo de transição, sob relatoria do ministro Antonio Anastasia.

O trabalho do magistrado, por sinal, já começou ontem. Anastasia, assim como Dantas e os ministros Vital do Rêgo e Jorge Oliveira, se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com Ciro Nogueira.

No encontro, Guedes informou que os economistas Marcelo Pacheco dos Guimarães e Esteves Pedro Colnago Júnior serão os responsáveis por auxiliar na transição.

Tanto Guedes quanto Ciro Nogueira asseguraram que a gestão Bolsonaro vai cooperar durante a transição e transferir todas as informações necessárias.

“Tivemos uma reunião para apresentar aos ministros do governo o comitê que acompanhará a transição. Desses modos, nós teremos um processo formal de acompanhamento”, afirmou Dantas à imprensa. “Nós informamos isso ao ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, ao secretário executivo, a quem cabe a operacionalização de todo esse rito, e também ao ministro Paulo Guedes, já que, em sua pasta, estão os principais bancos de dados de interesse.”

Reprodução/redes sociais



Anastasia, por sua vez, classificou a reunião de amistosa. “Evidentemente, há uma grande receptividade por parte do atual governo, que quer fornecer as informações. Eu acredito que, assim, vai acontecer de uma forma tranquila”, avaliou. A função da Corte será

acompanhar os atos de transição, o compartilhamento de informações de um governo para o outro e analisar eventuais reclamações de omissão de informação.

Em nota, Dantas afirmou que o tribunal tem “larga tradição na fiscalização do cumprimento da lei” e que a “alternância de poder

Ciro Nogueira na reunião com Alckmin, Gleisi e Mercadante, integrantes da equipe de transição

é um patrimônio da democracia brasileira e merece o máximo de atenção de todas as instituições”.

Segundo enfatizou, “o arcabouço normativo que fixa padrão civilizatório para a transição de governos no saudável rito periódico de alternância de poder é um patrimônio da democracia brasileira e merece o máximo de atenção de todas as instituições”, disse.

Na avaliação de Flávio Pansieri, advogado e fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCnst), “o processo de transição de governos no Brasil, pós-redemocratização, é historicamente ordeiro e pacífico”. “No atual momento, é necessário que o respeito à Constituição e às leis seja o balizador da relação entre as autoridades do atual governo e da equipe escolhida pelo presidente-eleito para promover o processo institucional de transição”, enfatizou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2 e 3